

STJ00097043

**RAFAEL DE OLIVEIRA GUIMARÃES**

Doutor e Mestre em Direito Processual Civil pela PUC-SP

Especialista em Direito Processual Civil pela PUC-PR

Professor de Direito Processual Civil na Universidade Estadual de Maringá

Advogado em Maringá-PR

**OS AGRAVOS INTERNO E  
REGIMENTAL**

COLEÇÃO ANDREA PROTO PISANI

Volume 5

**Coordenadores:**

Ada Pellegrini Grinover

Petronio Calmon



Gazeta Jurídica

Brasília

2013

1ª edição - 2013

© Gazeta Jurídica Editora e Livraria Ltda ME

CIP-Brasil. Catalogação na fonte.

Sindicato Nacional dos Editores de Livros, RJ.

G98a

Guimarães, Rafael de Oliveira

Os agravos interno e regional / Rafael de Oliveira Guimarães ; coordenadores Ada Pellegrini Grinover, Petronio Calmon. - Brasília, DF : Gazeta Jurídica, 2013.

294 p. : 23 cm (Andrea Proto Pisani ; v.5)

Inclui bibliografia e índice

SBN 978-85-66025-11-8

1. Processo civil - Brasil 2. Direito processual civil - Brasil. I. Grinover, Ada Pellegrini, 1933- II. Calmon, Petrónio, 1958-. III. Título. IV. Série.

13-2107.

CDU: 347.91./95(81)

02.04.13 08.04.13

043963

É proibida a reprodução total ou parcial, por qualquer forma ou meio, inclusive eletrônico. Sanções previstas nos artigos 102 e 104 da Lei dos Direitos Autorais – Lei 9610, de 19 de fevereiro de 1998 e no artigo 184 do Código Penal – Decreto-Lei 2848, de 7 dezembro de 1940.

**TODOS OS DIREITOS RESERVADOS PELA**

**GAZETA JURÍDICA EDITORA E LIVRARIA LTDA ME**

SHIS. QL 02, Conjunto 5 Casa 14, Lago Sul

CEP: 71610-055 - Brasília - DF

Diretora: ADRIANA BELTRAME

Presidente do Conselho Editorial: PETRONIO CALMON

IMPRESSO NO BRASIL / printed in Brazil

## SUMÁRIO

<i>PREFÁCIO</i> .....	<i>XI</i>
<i>APRESENTAÇÃO</i> .....	<i>XIII</i>
<i>AGRADECIMENTOS</i> .....	<i>XV</i>
INTRODUÇÃO .....	1
1. BREVES APONTAMENTOS ACERCA DO SISTEMA RECURSAL BRASILEIRO .....	5
1.1 Conceito de recurso .....	5
1.2 Natureza jurídica dos recursos.....	13
1.3 Do direito de recorrer.....	17
1.4 Dos atos processuais sujeitos a recurso de acordo com a sistemática vigente.....	22
1.4.1 Os despachos judiciais.....	22
1.4.2 A distinção entre decisão interlocutória e sentença na sistemática vigente.....	26
1.4.3 Da natureza do art. 795 do CPC vigente e do art. 880 do Novo CPC. O pronunciamento que põe fim à execução .....	40
1.4.4 O conceito de sentença na sistemática do Projeto n. 8046/2010 (O Novo Código de Processo Civil).....	43
2. DOS PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DOS RECURSOS CÍVEIS..	49
2.1 Dos princípios e sua importância no ordenamento jurídico .....	49
2.1.1 Dos conceitos básicos sobre princípios .....	49
2.1.2 Os princípios lógico, jurídico, político e econômico.....	57
2.1.3 Função dos princípios.....	58
2.1.4 Princípios e regras jurídicas e os conflitos entre os mesmos	60

2.2	Do princípio do duplo grau de jurisdição .....	69
2.3	Princípio da proibição da <i>reformatio in pejus</i> .....	75
2.4	Princípio da singularidade .....	78
2.5	Princípio da fungibilidade .....	81
2.6	Princípio da dialeticidade .....	86
2.7	Princípio da voluntariedade .....	88
2.8	Princípio da irrecorribilidade em separado das interlocutórias..	89
2.9	Princípio da complementaridade .....	90
2.10	Princípio da consumação .....	91
2.11	Princípio das decisões juridicamente relevantes.....	92
2.12	O princípio do juiz natural.....	94
2.13	O princípio da colegialidade.....	95
3.	DOS EFEITOS DOS RECURSOS.....	103
3.1	Do efeito obstativo.....	104
3.2	Do efeito suspensivo.....	105
3.3	Do efeito ativo .....	107
3.4	Do efeito regressivo.....	108
3.5	Do efeito diferido.....	108
3.6	Do efeito devolutivo .....	109
3.7	Do efeito translativo .....	111
3.8	Do efeito expansivo .....	113
3.9	Do efeito substitutivo.....	114
3.10	Da antecipação da tutela recursal .....	115
3.10.1	O que são tutelas de urgência? Sua classificação .....	115
3.10.2	A diferenciação necessária entre tutela de urgência jurisdicional e tutela de urgência recursal .....	118
3.10.3	Do tratamento das tutelas de urgência no âmbito recursal .....	119
3.10.4	Do grau de cognição das tutelas de urgência nos Tribunais .....	124
4.	DAS DECISÕES MONOCRÁTICAS PROFERIDAS NOS TRIBUNAIS .....	127
4.1	Definições e elementos pertinentes à decisão judicial.....	127
4.2	Das decisões monocráticas .....	132
4.3	Das decisões monocráticas típicas.....	137

4.4	Das decisões monocráticas atípicas .....	137
4.5	Os poderes do relator e a lei n. 9.756/98. A distinção legal entre o agravo regimental e o agravo interno .....	139
4.6	Da constitucionalidade das decisões monocráticas que põem fim a recursos .....	145
4.7	Das regras estabelecidas pelo art. 557 do CPC.....	147
4.8	Negar seguimento a recurso por ser manifestamente inadmissível	149
4.9	Inadmitir agravo de instrumento por inexistência de urgência. Um caso de manifestamente improcedente .....	150
4.10	Negar seguimento por manifesta improcedência do recurso	152
4.11	Negar seguimento com base em contrariedade à súmula .....	153
4.12	Negar seguimento com base em jurisprudência dominante em sentido contrário .....	155
4.13	Dar provimento a recurso. A mudança a ser realizada pelo projeto n. 8046/2010 (O novo código de processo civil).....	159
4.14	Da aplicabilidade do art. 557 às ações de competência originária dos tribunais .....	161
5.	<b>DOS AGRAVOS CABÍVEIS CONTRA DECISÕES MONOCRÁTICAS PROFERIDAS NOS TRIBUNAIS.....</b>	<b>165</b>
5.1	<b>Semelhanças e diferenças entre agravo regimental e agravo interno .....</b>	<b>165</b>
5.1.1	Aspectos históricos dos agravos interno e regimental...	166
5.1.2	Agravo interno X agravo regimental. A fungibilidade entre ambos.....	170
5.1.3	Natureza jurídica dos agravos interno e regimental .....	174
5.1.4	Efeitos em que os agravos interno e regimental são recebidos .....	177
5.1.5	Da possibilidade de julgamento monocrático nos agravos interno e regimental .....	179
5.1.6	Do procedimento dos referidos agravos. Juízo de retratação e colocação em mesa.....	181
5.2	Do agravo regimental .....	182
5.2.1	As previsões do agravo regimental.....	182
5.2.2	A constitucionalidade do agravo regimental .....	187

5.2.3	Cabimento do agravo regimental.....	189
5.2.4	Breves semelhanças com o direito comparado.....	190
5.2.5	O agravo regimental e o parágrafo único do art. 527 do CPC .....	192
5.3	Do agravo interno .....	193
5.3.1	Da nomenclatura do agravo interno .....	193
5.3.2	Do cabimento do agravo interno .....	194
5.3.3	Do contraditório no agravo interno .....	195
5.3.4	Da impossibilidade de sustentação oral.....	198
5.4	Da possível “reunificação” entre agravos interno e regimental com o projeto n. 8046/2010 (O novo Código de Processo Civil)..	200
6.	<b>CABIMENTO DE AGRAVOS E DE OUTROS MEIOS DE IMPUGNAÇÃO CONTRA DECISÕES MONOCRÁTICAS PROFERIDAS NOS TRIBUNAIS.....</b>	<b>205</b>
6.1	O parágrafo único do art. 527 do CPC e a sua inconstitucionalidade .....	205
6.2	Da decisão que concede ou nega antecipação dos efeitos da tutela a recurso .....	218
6.3	Da decisão que transforma agravo de instrumento em retido	228
6.4	Do pronunciamento que não admite recurso aos Tribunais Superiores .....	231
6.5	Da decisão que nega efeito suspensivo aos recursos excepcionais	233
6.6	Da decisão que nega liminar em mandado de segurança e outras ações de competência originária dos tribunais.....	235
6.7	Da decisão que indefere a petição inicial nas ações de competência originária dos tribunais .....	240
6.8	Da decisão que determina o sobrestamento do recurso excepcional com base nos arts. 543-B, § 1.º, e art. 543-C, § 1.º, do CPC .....	242
6.9	Das decisões monocráticas extintivas de recurso e a sua forma de impugnação. O uso do agravo interno .....	245
6.10	Demais decisões monocráticas .....	246
	CONCLUSÃO .....	249
	REFERÊNCIAS .....	259